



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS MEMBROS DO CONSELHO PERMANENTE
DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL ITALIANA**

23 de Janeiro de 1979

Queridos Irmãos

1. Agradeço ao vosso Presidente as amáveis palavras que quis dirigir-me e exprimo a todos a minha alegria pelo encontro de hoje. Penso que os motivos desta alegria são tão óbvios que não necessitam de explicação. Este encontro foi por mim esperado de um modo particular e atribuí-lhe importância singular.

«Arcano Dei consilio», em virtude do inescrutável decreto de Deus, chamado a 16 de Outubro de 1978 pelos votos do Colégio dos Cardeais, assumi, depois dos meus grandes e amados Predecessores, a guia da Sede romana de São Pedro e juntamente com ela o ministério sobre toda a Igreja, em virtude do qual o Bispo de Roma se tornou, segundo a definição de São Gregório, «Servo dos Servos de Deus».

Do mesmo modo que é meu vivo desejo exercer este ministério e todas as tarefas que dele derivam, dedicando as minhas forças e o meu amor a todas as Igrejas que estão na unidade universal da Igreja católica e a todos os seus Pastores, que são meus Irmãos no múnus episcopal, assim também, mas de maneira muito especial, desejo prestar o meu serviço à Igreja, nesta terra italiana predestinada pela Providência, e aos Bispos que, em união colegial com o Sucessor de Pedro, são nela Pastores.

2. Esta é verdadeiramente a terra eleita pela Providência para se tornar o centro da Igreja. Aqui, a esta que foi a capital do Império Romano, veio Pedro (e, ao mesmo tempo também Paulo) para trazer o Evangelho e para dar início não só a esta Sede, mas também a muitas outras: por toda a parte surgiram comunidades cristãs plenas de fé e de sacrifício, prontas a darem a vida e a

derramarem o sangue por Cristo, durante as perseguições que se sucederam até ao ano 313. Precisamente a tempos assim antigos e a outros mais recentes mas também remotos, remontam nesta Península, situada entre os Alpes e a Sicília, numerosas Sedes Episcopais que durante dois milénios se tornaram centros da evangelização e da vida do novo Povo de Deus, pontos de apoio para tantos cristãos e de amparo humano para tantas comunidades, iniciativas e instituições.

Com que sentimentos de veneração e de emoção se vem a encontrar, em meio de toda esta riqueza de vida e de tradição cristã o filho de uma nação que, de modo tão evidente, ligou a sua história milenária a este centro da fé e da cultura que se desenvolveu em torno à Sede de São Pedro!

E não encontra palavras capazes de exprimir a sua gratidão por tudo aquilo que, durante estes primeiros meses do seu pontificado, lhe testemunharam os filhos e as filhas desta terra gentil. É a expressão desta gratidão que desejo depor hoje nas vossas mãos, queridos e venerados Irmãos, que, como membros do Conselho Permanente, aqui representais todo o Episcopado Italiano. Se a eleição de João Paulo II se tornou — como frequentemente ouvimos dizer — uma nova manifestação e uma prova da universalidade da Igreja, seja-me então permitido dizer que nisso tem também a sua parte o Povo de Deus, que está em Roma e em toda a Itália. A consciência da universalidade da Igreja é certamente também um dos sinais daquele «sensus fidei» de que fala a constituição *Lumen Gentium*. «A totalidade dos fiéis, que possuem a unção que vem do Espírito Santo (cfr. 1 Jo. 2, 20 e 27), não pode enganar-se na fé, e manifesta esta propriedade particular através do sentido sobrenatural da fé do Povo inteiro, quando 'desde os Bispos até aos últimos fiéis leigos' (cfr. Santo Agostinho, *De Praed. Sanct.* 14, 27: PL 44, 980) mostra o seu consenso universal a respeito das verdades de fé e costumes. Graças a este sentido da fé, provocado e sustentado pelo Espírito de verdade, e sob a orientação do sagrado magistério, que garante aos que lhe obedecem fielmente não uma palavra humana, mas a palavra de Deus (cfr. 1 Tess. 2, 13), o Povo de Deus adere indefectivelmente à fé transmitida aos santos numa vez para sempre (cfr. *Jud.* 3), penetra-a mais profunda e convenientemente, e transpõe-na mais intensamente para a sua vida» (*Lumen Gentium*, 12, cfr. 35).

3. Assim, pois, encontrando-me hoje perante vós, desejo convosco repropor a causa que nos é comum a todos: construir a Igreja de Deus, anunciar o Evangelho, servir a causa da elevação do homem à dignidade de filho de Deus, difundir todos os valores do espírito humano intimamente ligados a esta elevação. Desejo exercer tal missão juntamente convosco, queridos Irmãos, inspirando-me em todos os princípios da unidade colegial que, com profundidade, simplicidade e precisão, foram elaborados pelo Concílio Vaticano II, o qual sublinha que o Senhor Jesus constituiu os Apóstolos «sob a forma de colégio, isto é, de grupo estável, cuja presidência entregou a Pedro escolhido de entre eles» (*Lumen Gentium*, 19). E assim como São Pedro e os outros Apóstolos constituíam, por vontade do Senhor, um colégio único, assim também os Bispos e o sucessor de Pedro estão unidos entre si num único colégio ou corpo episcopal com e sob o

Sucessor de Pedro (Cfr. *Lumen Gentium*, 19-22; *Christus Dominus*, 22).

Por conseguinte, o Romano Pontífice — como afirma ainda o Concílio — «é o princípio e o fundamento perpétuo e visível da unidade quer dos Bispos quer da multidão dos fiéis. Por sua vez, cada Bispo é princípio e fundamento visível da unidade na sua Igreja particular formada à imagem da Igreja universal, em todas e de todas as Igrejas particulares resulta a Igreja católica una e única» (*Lumen Gentium*, 23).

Daqui nasce a exigência de uma plena comunhão dos Bispos entre si e com o Sucessor de Pedro, na fé, no amor, nas intenções e na acção pastoral.

Esta comunhão expande-se na comunhão de cada um dos Bispos com os próprios Sacerdotes, com os Religiosos e as Religiosas, isto é, com as almas que consagram totalmente a própria vida ao serviço do Reino. Aqui, a comunhão exprime-se, por um lado, na solicitude dos Pastores pelas necessidades espirituais e materiais destes filhos, que lhes estão mais próximos e muitas vezes mais expostos às dificuldades provenientes de um ambiente secularizado, e, por outro, no empenho colocado pelos Sacerdotes, Religiosos e Religiosas em unirem-se em torno dos respectivos Bispos para escutarem com docilidade a sua voz e porem fielmente em prática as suas directrizes.

A comunhão entre Bispos, Clero e Religiosos constrói a comunhão com o laicado, o qual com toda a sua riqueza de dons e de aspirações, de capacidades e de iniciativas, tem uma tarefa decisiva na obra de evangelização do mundo contemporâneo. Na Igreja podem existir, legitimamente, graus diversos de coligação com o apostolado hierárquico e formas múltiplas de empenho no campo pastoral. Da aceitação cordial de todas as forças de inspiração claramente católica e da sua valorização nos planos de acção pastoral não pode deixar de derivar vantagem segura para a presença cada vez mais incisiva da Igreja no mundo.

Além disso, é urgente que nos dediquemos a um esforço de recuperação para a plena comunhão eclesial daqueles movimentos, organismos e grupos que, nascidos do desejo de uma adesão generosa e coerente ao Evangelho, não se encontram ainda na óptica comunitária, necessária para um agir cada vez mais consciente da comum responsabilidade de todos os membros do Povo de Deus. Será necessário criar novas ocasiões de encontro e de confronto, num clima de abertura e de cordialidade alimentado à mesa da Palavra de Deus e do Pão eucarístico; será necessário retomar com paciência e confiança o diálogo nos casos em que ele tenha sido interrompido, sem nos deixarmos desencorajar por obstáculos e asperezas no caminho para a compreensão e o entendimento. Mas isto não pode alcançar-se sem a docilidade devida por todos os fiéis ao Magistério autêntico da Igreja, mesmo a respeito das questões conexas com a doutrina concernente à fé e aos costumes. A harmonia entre unidade institucional e pluralismo pastoral é rima meta difícil e nunca definitivamente alcançada; ela depende do esforço concorde e constante de todas as componentes eclesiais e deve ser buscada à luz do sempre actual axioma:

«In necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus caritas».

4. Por último, quereria sublinhar que a comunhão tem as suas *defesas*, as quais, pelo que diz respeito aos Bispos, se resumem sobretudo na vigilância prudente e corajosa perante as insídias que, de fora e de dentro, ameaçam a coesão dos fiéis em torno do comum património de verdades dogmáticas, de valores morais, de normas disciplinares.

A comunhão tem os seus *instrumentos*, entre os quais está em primeiro lugar o que é representado pela vossa Conferência nacional, para a qual é dever desejar uma eficiência cada vez maior e uma união cada vez mais articulada com as outras estruturas eclesiais, a nível regional e diocesano.

Nem se deve subestimar o instrumento constituído pela imprensa, e em particular pelo diário católico, dadas as possibilidades que ela oferece de diálogo construtivo entre os fiéis de todas as partes do País, em ordem à maturação pessoal e comunitária de opções responsáveis e, se necessário, corajosamente proféticas, no contexto de uma opinião pública demasiado frequentemente solicitada por vozes que nada têm de cristão. Permito-me, por isso, apelar para a vossa boa vontade, para as vossas energias, para as capacidades organizativas de cada uma das dioceses, para um apoio cada vez mais válido a uma causa tão importante e meritória.

5. Uma vez que a Igreja está colocada como «sacramento universal de salvação», a ela «necessitas incunibit simulque ius sacrum evangelizandi» (*Ad Gentes*, 7).

Na palavra do Senhor: *Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda a criatura* (Mc. 16, 15) se funda o «direito sagrado» de ensinar a própria doutrina e os princípios morais que regulam a acti vidade humana em ordem à salvação.

Só quando este «direito sagrado» é respeitado, em si e no seu exercício, se actua aquele princípio que o Concílio proclama como a coisa mais importante entre as que dizem respeito ao bem da Igreja, ou melhor, ao bem da própria cidade terrena e que devem ser, sempre e em toda a parte, conservados e defendidos: «*no seu agir, a Igreja disponha de tanta liberdade quanta lhe é necessária para prover à salvação dos seres humanos*».

É esta, de facto, a liberdade sagrada, com a qual o Unigénito Filho de Deus enriqueceu a Igreja adquirida com o Seu sangue.

Neste princípio fundamental, a liberdade, se apoia a Igreja nas suas relações com a comunidade política e, de modo particular, quando — de comum acordo — procura chegar à actualização dos instrumentos jurídicos, em ordem à sã cooperação entre Igreja e Estado, no respeito leal pela soberania própria de cada ordenamento, para o bem das pessoas humanas.

6. Haveria ainda muitas coisas a dizer. Porém, neste primeiro colóquio, temos de limitar-nos às mais importantes e às mais actuais.

Desejo que este encontro seja o início da nossa cooperação colegial, isto é, de cada um de Vós, queridos e venerados Irmãos, e de todos os Bispos e Pastores da Igreja em Itália.

Desejo de todo o coração compartilhar o Vosso ministério, a Vossa solicitude, as Vossas dificuldades, as Vossas esperanças, os Vossos sofrimentos e as Vossas alegrias.

Em conformidade com o meu múnus, e, ao mesmo tempo, conservando o pleno respeito pela missão individual e colegial de cada um de Vós, filhos desta terra italiana, desejaria que se realizasse, de modo particular, este voto: «fecit illos Dominus crescere in plebem suam».

Vivifica-nos a fé comum e o mesmo amor a Cristo, o único que sabe o que há no homem (Cfr. *Jo* 2, 25).

E ao encontro deste homem dos nossos tempos — por vezes desorientado (mesmo nesta terra rica do mais belo património cristão) — queiramos caminhar juntos, mediante o nosso serviço exercido em união com os sacerdotes, os religiosos e as religiosas, e em solidária cooperação com todos os leigos.

De coração desejo que, sob a protecção da Mãe da Igreja e dos Santos Padroeiros da Itália, possamos cumprir bem a missão que nos foi confiada pelo Senhor, e que os nossos Irmãos e Irmãs experimentem a alegria da nossa comunhão, e juntamente convosco vivam a grande dignidade da vocação cristã.